INFORMATIVO DE BRUXELAS

Informativo da Confederação Nacional da Indústria

Ano 2 • Número 4 • Abril de 2013 • www.cni.org.br

ESCÂNDALO DA CARNE EQUINA: TESTES MOSTRAM EXISTÊNCIA DE 5% DE CARNE DE CAVALO

Na sequência do escândalo da carne equina que abalou a Europa, a Comissão Europeia (CE) divulgou, no dia 16 de abril, os resultados da campanha coordenada de inspeção sanitária, para verificar se produtos vendidos como sendo de carne bovina continham carne equina e apresentavam vestígios de fenilbutazona, ou bute, um anti-inflamatório cuja utilização é proibida nos animais destinados para consumo humano.

De acordo com a CE, os resultados revelaram que quase 5% dos produtos testados tinham ADN de cavalo e que cerca de 0,5% das carcaças equinas testadas estavam contaminadas com fenilbutazona, ou bute. A inspeção foi promovida nos 27 Estados-Membros da UE e totalizou 7.259 testes, dos quais 4.144 para detectar ADN de cavalo e 3.115, vestígios de fenilbutazona. Os testes confirmaram a presença de ADN de carne equina em 193 amostras (4,66%) e fenilbutazona em 16 amostras (0,51%).

Depois do anúncio da CE , o ministro irlandês da Agricultura, Simon Coveney, que dirige atualmente o Conselho de Ministros da Agricultura da UE, afirmou que os resultados apresentados serão considerados pelo Comitê Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal da UE na determinação das medidas adicionais que serão tomadas ao nível da União.

Já o comissário europeu responsável pela Saúde e Defesa do Consumidor, Tonio Borg, informou que propôs ao Parlamento e aos Estados-Membros um plano de ação em cinco áreas-chave: fraude alimentar, programas de testes, passaporte equino, controles oficiais e rotulagem de origem. Em relação aos controles oficiais, visará o reforço do sistema existente, incluindo as disposições relativas às sanções.

Entretanto, a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) publicaram uma declaração conjunta , no dia 15 de abril, desvalorizando o impacto dos vestígios de fenilbutazona encontrados na carne testada na saúde do consumidor, concluindo que "a probabilidade de o consumidor ser simultaneamente suscetível de desenvolver anemia aplásica e ser exposto a fenilbutazona foi estimada entre dois em um trilhão e um em 100 milhões".

Nesta Edição

Reforma da Política Agrícola Comum – negociações entre Comissão, Conselho e Parlamento prosseguem Pág. 02

Parlamento Europeu quer contabilizar as emissões indiretas causadas pelos biocombustíveis Pág. 02

Comissão Europeia propõe adoção de novas medidas de defesa comercial Pág. 03

REACH 2013: fim de maio é a data limite para o registro das substâncias químicas fabricadas ou importadas pela UE Pág. 05

Fique de olho: o dever dos exportadores para UE Pág. 05

Acordos Internacionais Pág. 06

Bruxelas em Movimento Pág. 07

Agenda da UE - destaques de maio de 2013 Pág. 09

Reforma da Política Agrícola Comum – negociações entre Comissão, Conselho e Parlamento prosseguem

Decorridas seis das 34 reuniões de negociação previstas entre a Comissão Europeia (CE), o Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu, o ministro irlandês da agricultura, Simon Coveney, em representação da presidência irlandesa do Conselho, afirmou no dia 22 de abril estar convicto de que se poderá chegar a um acordo até final de junho, reconhecendo, no entanto, ser necessário um esforço excepcional por parte das três instituições.

Entretanto, no dia 24 de abril, os deputados da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu transmitiram um parecer positivo sobre o andamento das negociações. Luís Capoulas Santos, relator para as pastas dos pagamentos diretos e desenvolvimento rural, referiu que as negociações tripartidas têm sido muito positivas e mesmo além das suas expectativas, esperando ser possível concluí-las em julho de 2013. Michel Dantin, relator para a pasta da Organização Comum de Mercado, concluiu que ainda há muito trabalho pela frente, mas ainda estava otimista quanto aos prazos previstos.

A CE, por seu turno, anunciou, no dia 18 de abril, um plano de contingência na eventualidade de a reforma da PAC não entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2014 ou de nem todos os Estados-Membros conseguirem adotar as novas regras que forem aprovadas. De fato, a CE apresentou uma proposta contendo uma série de disposições transitórias para determinadas normas da PAC, nomeadamente referentes a pagamentos diretos.

Parlamento Europeu quer contabilizar as emissões indiretas causadas pelos biocombustíveis

O projeto de relatório da eurodeputada Corinne Lepage sobre a nova proposta legislativa da Comissão Europeia (CE) para o setor de biocombustíveis na União Europeia (UE) foi divulgado no dia 17 de abril. Ele propõe que seja obrigatório o cálculo das quantidades de emissões indiretas causadas por cada tipo de biocombustível – o chamado fator indireto da mudança do uso da terra *(ILUC – Indirect Land Use Change).* Na proposta da CE, os Estados-Membros deverão calcular e reportar a quantidade das emissões indiretas que cada cultura gera para a produção do biocombustível, mas esses números serviriam apenas para efeito demonstrativo.

Lepage é a relatora do projeto de emenda à Diretiva de Energia Renovável, que trata das questões da mudança do uso da terra, na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) do Parlamento Europeu.

O projeto da eurodeputada não é desfavorável ao Brasil, porque Lepage "reconhece que seria injusto não diferenciar os biocombustíveis convencionais, uma vez que alguns deles, como o etanol, têm um desempenho ambiental muito bom", comentou a assessora sênior para assuntos internacionais da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Géraldine Kutas, baseada em Bruxelas. Na proposta da CE, os biocombustíveis de primeira geração recebem tratamento igual dentro da meta de limitar em 5% a utilização daqueles de fontes alimentares, no cumprimento do objetivo de 10% de energia renovável para o setor de transporte da UE até 2020. Em outro contraponto à CE, Lepage propõe eliminar o limite de 5% na utilização de biocombustíveis de fontes alimentares.

No entanto, continuou Géraldine Kutas, a forma de diferenciar os biocombustíveis é discutível, porque os cálculos das emissões indiretas são baseados em uma ciência que ainda está em evolução. "Mas, obviamente,

apoiamos a ideia de diferenciação entre os biocombustíveis, na base das suas credenciais ambientais", finalizou Kutas. Hoje, o biodiesel representa 80% dos biocombustíveis usados na UE. Os outros 20% são representados pelo etanol, oriundo basicamente do trigo, do milho e da beterraba produzidos na UE.

Sobre os biocombustíveis de segunda e terceira gerações, derivados de resíduos (palha, lixo, etc.), a relatora manteve a proposta da CE de contagem múltipla, reforçando a exigência dos critérios de sustentabilidade.

O relatório final será votado na Comissão ENVI no dia 10 de julho, quando também deverão ser acatadas as propostas de emendas da Comissão parlamentar da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE). O parecer da Comissão ITRE , divulgado no dia 8 de abril, difere em vários pontos do relatório da ENVI, mas ambos têm um ponto em comum: não querem a limitação de 5% na utilização de biocombustíveis de fontes alimentares. A ITRE pede que a CE defina antes de 2015 medidas de mitigação dos efeitos indiretos das mudanças do uso da terra e sugere, por exemplo, a criação de bônus aos produtores que aumentarem a produtividade por hectare ou que utilizarem terras abandonadas.

A votação em plenário deverá acontecer em novembro de 2013.

Próximos passos, previstos na proposta da CE:

- 1º de julho de 2014: As novas fábricas de produção de biocombustíveis deverão atingir pelo menos 60% de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), em comparação aos combustíveis fósseis.
- 1º de dezembro de 2017: As fábricas de biocombustíveis em funcionamento antes de julho de 2014 deverão atingir 35% de redução das emissões de GEE.
- 31 de dezembro de 2017: A Comissão irá apresentar uma revisão da política que regula o setor de biocombustíveis na UE, incluindo "melhor evidência científica" de aplicação dos cálculos para as quantidades de emissões indiretas causadas por cada tipo de biocombustível – o chamado fator indireto da mudança do uso da terra *(ILUC – Indirect Land Use Change)*.
- 1º de janeiro de 2018: As fábricas de biocombustíveis em funcionamento antes de julho de 2014 deverão atingir 50% de redução das emissões de GEE.
- 1º de janeiro de 2020: Prazo para que 10% dos combustíveis utilizados nos transportes da UE sejam provenientes de energias renováveis.
- 2020: A CE não vai apoiar mais os subsídios aos biocombustíveis, a menos que possam demonstrar "economias substanciais de gases de efeito estufa".

Comissão Europeia propõe adoção de novas medidas de defesa comercial

Tendo em vista os desafios enfrentados pela União Europeia (UE), a Comissão Europeia (CE) propôs no dia 10 de abril a adoção de novas medidas de defesa comercial para proteger a indústria. O sistema de defesa comercial da UE teve poucas alterações desde 1995. Em 2007 houve uma tentativa controversa de modernização. Atualmente, defende-se que a proposta reconcilia os interesses dos produtores e importadores de forma a amenizar a falta de previsão originada pelo tema.

A proposta surgiu após 18 meses de planejamento, que incluiu uma consulta pública sobre os problemas enfrentados pelas empresas da UE no que tange a práticas desleais de comércio. A proposta também considerou

um estudo independente que avaliou o atual sistema de defesa comercial e a experiência da CE com investigações *anti-dumping* e antissubsídios.

Assim, a CE argumenta que a proposta irá blindar os produtores da UE contra práticas desleais das empresas estrangeiras, bem como contra riscos de retaliações. Pelo lado dos importadores, defende-se que terão maior previsibilidade em termos das taxas aplicáveis, possibilitando um melhor planejamento.

PROPOSTAS

As propostas legislativas incluem:

- Melhorar a previsibilidade para as empresas, informando-as sobre as medidas *anti-dumping* provisórias ou antissubsídios duas semanas antes da entrada em vigor;
- Oferecer aos importadores o reembolso dos direitos coletados durante um reexame da caducidade se concluir que não há necessidade de manter as medidas de defesa comercial em vigor após cinco anos;
- Proteger a indústria da UE iniciando investigações por conta própria ("*ex officio*"), sem um pedido oficial da indústria, quando julgar que há uma ameaça;
- Desencorajar certas práticas comerciais desleais por parte de outros parceiros comerciais, impondo deveres mais elevados para as importações de países que usam subsídios injustos e criam distorções estruturais no mercado de matérias-primas. Nesses casos a UE desviaria da sua regra *'lesserduty'* , que mantém a tarifa adicional dentro do limite estritamente necessário para proteger a indústria da UE.

Propostas não-legislativas adicionais:

- Facilitar a cooperação com empresas e associações comerciais envolvidas nas investigações aumentando prazos determinados durante as investigações.
- Melhorar o monitoramento dos fluxos comerciais.

Em paralelo, o *working paper* da Direção Geral do Comércio estabelece diretrizes para quatro áreas consideradas complexas:

- O reexame da caducidade de uma medida de defesa comercial, que é uma investigação realizada ao final da aplicação das medidas – geralmente cinco anos – para determinar se o *dumping* e as medidas devem continuar, ou recorrer se houver a caducidade das mesmas;
- 'A prova do interesse da União' *(Union Interest Test)*, ou seja, a forma como a CE determina se uma medida de defesa comercial serviria aos interesses econômicos gerais da UE, incluindo os interesses da indústria nacional correlata, importadores, indústrias que utilizam o produto importado e, se relevante, os consumidores.
- Cálculo da 'margem de prejuízo', que exige uma análise do volume e dos preços das importações em *dumping* e seu consequente impacto sobre a indústria da UE;
- Escolha de um 'país análogo', que é usado para determinar a existência de *dumping* para produtos originários de um país sem *status* de 'economia de mercado'.

PRÓXIMOS PASSOS

Os projetos e as diretrizes serão submetidos a uma consulta pública de três meses e os comentários decorrentes serão analisados pela CE. A proposta legislativa deve ser aprovada pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, estimando-se que ela não deverá se tornar lei antes de 2014.

ESTATÍSTICAS E O BRASIL

Em fevereiro de 2013, estavam vigentes na UE 87 medidas *anti-dumping* e nove medidas de compensação, bem como 58 investigações em andamento. Tais medidas têm impacto em cerca de 0,25% das importações da UE.

Dentre as novas investigações, iniciadas entre 2009 e 2013, nenhuma tem o Brasil como alvo. Destacam-se aqui a China, com 34 investigações, e a Índia, com 10. Algumas das investigações podem originar oportunidades para o Brasil, como é o caso da investigação sobre *dumping* do bioetanol dos Estados Unidos ou de frutas cítricas da China. Na lista de medidas *anti-dumping*, o Brasil está presente no que tange à folha de alumínio.

CONSIDERAÇÕES

A proposta tenta otimizar revisões e reembolsos e cria um *helpdesk* para apoiar Pequenas e Médias Empresas (PMEs). Contudo, propõe a autonomia da UE para iniciar investigações de defesa comercial *ex officio,* mesmo sem uma denúncia oficial de determinada indústria. É necessário ficar atento aos padrões estabelecidos pela UE e às divergências que porventura existam em relação à Organização Mundial do Comércio.

Ressalta-se que a OMC conta com o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e o Acordo sobre Salvaguardas , que regem os temas entre os Estados-Membros.

REACH 2013: fim de maio é a data limite para o registro das substâncias químicas fabricadas ou importadas pela UE

31 de maio de 2013 é a data limite para a indústria registrar pela internet todas as substâncias químicas fabricadas na União Europeia (UE) ou importadas por indústrias localizadas nos Estados-Membros do bloco em quantidades iguais ou superiores a 100 toneladas por ano. Está disponível na página web da Agência Europeia das Substâncias Químicas (ECHA) a lista das substâncias chamadas de "integração progressiva" a registrar.

Para auxiliar as empresas, a ECHA já havia publicado no ano passado uma lista de substâncias identificadas por indústria, com o requisito de registro. Essa lista está sendo atualizada regularmente e contém hoje 3.987 substâncias.

FIQUE DE OLHO!

O dever dos exportadores para UE

Caso sua empresa exporte para a UE as substâncias abrangidas pela regulamentação europeia, as obrigações do REACH deverão ser cumpridas pelos importadores ou por uma empresa estabelecida na UE que tenha sido nomeada como seu Representante Único.

Como fazer: Tudo é feito pela internet. O empresário tem que enviar à ECHA, obrigatoriamente, um dossiê individual da empresa e pagar a taxa de registro.

Para mais informações, consulte a página web da ECHA. Não espere a última hora!

ACORDOS INTERNACIONAIS

UE-Japão: primeira rodada do acordo de livre comércio termina em clima positivo

Ocorreu em Bruxelas, entre os dias 15 e 19 de abril, a primeira rodada das negociações comerciais entre a UE e o Japão para a conclusão de um acordo de livre comércio. No final da rodada, o negociador-chefe europeu, Mauro Petriccione, da Direção Geral do Comércio da Comissão Europeia, afirmou que as negociações tiveram um bom começo e que se esperam bons progressos nos próximos meses, apesar de reconhecer a existência de algumas questões difíceis.

De acordo com as projeções europeias, o acordo de livre comércio entre a UE e o Japão poderia gerar um crescimento da economia europeia entre 0,6% e 0,8%, resultando na criação de 400.000 empregos. Estima-se ainda que as exportações europeias para o Japão cresçam 32,7% e as exportações japonesas para a UE, 23,5%.

Atualmente, o Japão é o 7º maior parceiro comercial da UE e a UE é o 3º maior parceiro comercial do Japão, logo depois da China e dos Estados Unidos. Em 2011, as exportações do bloco europeu para o Japão totalizaram € 49 bilhões, sobretudo nos setores de máquinas e equipamentos de transporte, produtos químicos e produtos agrícolas. No mesmo ano, as exportações do Japão para a UE totalizaram € 67,5 bilhões, sobretudo nos setores de máquinas e equipamentos de transporte e produtos químicos. No seu conjunto, UE e Japão representam mais de um terço do PIB mundial.

A próxima rodada está marcada para os dias 24 a 28 de junho, em Tóquio.
Para mais informações, acesse os links:
Relações comerciais UE-Japão
Estudo de impacto do acordo de livre comércio UE-Japão

Eurodeputados apoiam o lançamento das negociações de livre comércio UE-EUA

As negociações entre a União Europeia (UE) e os Estados Unidos (EUA) para um acordo de livre comércio deverão começar em junho. Esta foi a resolução do Parlamento Europeu adotada no dia 25 de abril pela Comissão parlamentar de Comércio Internacional (INTA). O mandato das negociações, segundo os parlamentares, deverá incluir os contratos públicos e os serviços financeiros, excluindo o domínio cultural.

Na resolução, aprovada por 23 votos a favor, cinco contra e uma abstenção, os eurodeputados defenderam que, para estimular o crescimento e o emprego na UE, o acordo transatlântico deverá criar novas oportunidades para as empresas europeias, assegurando "o pleno acesso aos mercados de contratos públicos" e removendo restrições aos fornecedores de serviços da UE (por exemplo, a participação estrangeira nas companhias aéreas dos EUA).

Os eurodeputados acrescentaram que os serviços financeiros devem igualmente ser incluídos nas negociações, tendo em vista promover a convergência entre os sistemas de regulação financeira europeia e norte-americana. Apelaram ainda aos EUA para que suspendam a proibição à importação de carne bovina da UE, como uma "medida de construção de confiança".

No que diz respeito aos serviços culturais e audiovisuais, inclusive on-line, foi aprovada uma emenda que prevê a exclusão desses temas do mandato de negociação entre Bruxelas e Washington. A emenda foi aprovada por 14 votos a favor, 11 contra e cinco abstenções.

O texto da INTA prevê uma forte proteção em "áreas claramente definidas de direitos de propriedade intelectual, incluindo as indicações geográficas" e um "elevado nível de proteção de dados pessoais". Diferenças entre UE-EUA sobre transgênicos, a clonagem e a saúde dos consumidores não devem prejudicar o "princípio da precaução" da UE, acrescentou Vital Moreira, presidente da INTA.

A resolução aprovada na INTA será debatida e votada em plenário, em maio. Porém, esta resolução não é vinculativa, constituindo apenas uma mensagem política. O Parlamento Europeu terá, no entanto, a última palavra na aprovação ou rejeição do acordo que vier a ser alcançado pelos Executivos europeu e norte-americano.

BRUXELAS EM MOVIMENTO
EURAXESS LINKS chega ao Brasil: a rede de informação sobre pesquisa na UE

A Euraxess Links é o braço internacional de *Euraxess - Researchers in Motion* e está voltada à mobilidade dos pesquisadores. A rede fornece informações sobre oportunidade de pesquisa na União Europeia (UE), assim como sobre financiamentos, empregos, colaborações internacionais e mobilidade transnacional para os profissionais que pretendem prosseguir suas carreiras na UE. A rede multidisciplinar envolve pesquisadores em todas as fases de suas carreiras e a adesão é gratuita.

O objetivo da rede é manter a ligação da Europa com os pesquisadores europeus e não europeus, além de ser um estímulo à cooperação científica entre a UE e os países terceiros. A rede oferece serviços tais como:

- Fluxo regular de informações para seus membros, incluindo alertas sobre financiamento e oportunidades de colaboração e emprego;
- Encontros ocasionais e eventos envolvendo os membros do EURAXESS links, além da organização de reuniões regulares de *networking*;
- Organização de uma feira anual em colaboração com os Estados-Membros da UE para criar oportunidade de encontros com as agências europeias de financiamento de pesquisa e com os empregadores, públicos e privados;
- Produção de um boletim eletrônico com artigos específicos de interesse para a comunidade científica europeia no exterior;
- Organização de seminários de informação e formação para fornecer orientações sobre o processo de inscrição para os candidatos a bolsas na CE.

EURAXESS Links já existe nos EUA, Japão, China e Índia, enquanto o primeiro EURAXESS Links "hub" está sendo lançado este ano como EURAXESS links ASEAN, incluindo Singapura, Indonésia, Tailândia e Malásia. Todos os EURAXESS Links estão disponíveis a pesquisadores de diversas áreas, independentemente da nacionalidade.

Fim das preferências comerciais: UE concede extensão de nove meses a 17 países ACP

O Parlamento Europeu aprovou, no dia 16 de abril, a extensão por nove meses, até o dia 1º de outubro de 2014, das preferências comerciais concedidas a 17 países pertencentes ao Grupo de Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP).

O regulamento europeu agora alterado previa o fim das preferências comerciais no dia 1º de janeiro de 2014 para todos os países ACP com os quais a União Europeia (UE) está negociando Acordos de Parceria Econômica. Não sendo possível terminar essas negociações com a totalidade dos países antes da data inicialmente prevista, foi proposta pela presidência irlandesa *pro tempore* do Conselho da UE a extensão desse prazo por um período considerado suficiente para concluir as negociações, evitando assim excluir do mercado europeu muitos produtos beneficiados pelas preferências.

Apesar de saudada pela presidência do Conselho, a medida foi criticada pelo Grupo Socialista do Parlamento Europeu (S&D), que reclamava essa extensão por dois anos, até o dia 1º de janeiro de 2016, por considerar insuficiente o prazo de nove meses para terminar as negociações de forma satisfatória para os países beneficiários. O representante dos socialistas, o eurodeputado David Martin, lamentou a aprovação e alertou para o "impacto calamitoso" que a perda de preferências poderá ter em países como o Botswana, a Namíbia ou o Quênia, caso não seja possível concluir as negociações até o prazo suplementar de nove meses ora concedido.

Parlamento afunda política ambiental europeia

Com 334 votos contra, 315 a favor e 63 abstenções, o Parlamento Europeu rejeitou, no dia 16 de abril, a proposta da Comissão Europeia (CE) que pretendia adiar o leilão de licenças referentes à emissão de 900 milhões de toneladas de carbono, com vistas a combater o excesso de licenças de emissão de carbono na UE. O preço da tonelada de carbono caiu de € 4,30 para € 1,70 nas horas que se seguiram ao voto.

Como uma das principais bandeiras da política ambiental europeia, o sistema de comércio de emissões (conhecido como EU ETS) foi lançado em 2005 com o objetivo de reduzir as emissões de carbono pelas indústrias, que necessitavam de licenças equivalentes ao CO^2 que emitiam.

O excesso de licenças no mercado e a consequente queda do seu valor (o preço do carbono caiu de 30 euros por tonelada, em 2008, para menos de 3 euros em janeiro de 2013), tornou mais barato comprar licenças no mercado do que investir na redução de emissões. A CE pretendeu adiar os leilões de licenças previstos para a terceira fase do comércio europeu de carbono (2013-2020), esperando que esse adiamento conduzisse a um aumento do preço do carbono (a proposta é conhecida como "*backloading*").

As reações à votação do Parlamento não se fizeram esperar, com os aplausos da BusinessEurope, representante dos industriais europeus, e a condenação das forças políticas e associações ambientalistas.

A proposta da CE voltará agora à Comissão de Ambiente do Parlamento Europeu para ser renegociada, podendo regressar ao plenário em junho.

UE e BID assinam memorando de entendimento

A União Europeia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento assinaram, no dia 19 de abril, um memorando de entendimento visando reforçar a intercooperação, com vistas ao desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e do Caribe.

O memorando baseia-se em um outro, assinado em 2007, que visava coordenar os orçamentos de cooperação para o desenvolvimento de ambas as organizações para a região. O acordo agora assinado pretende explorar potenciais sinergias e oportunidades de colaboração em áreas de interesse comum, tais como a segurança do

cidadão, energias renováveis e eficiência energética, meio ambiente e mudanças climáticas, comércio e desenvolvimento do setor privado e de gestão fiscal e financeira pública.

O acordo foi assinado pelo presidente do BID, Luis Alberto Moreno, pelo comissário da UE responsável pelo Desenvolvimento, Andris Piebalgs, e pelo vice-presidente da CE, Olli Rehn.

Destaques de abril de 2013	
6	**Parlamento Europeu - Bruxelas, Bélgica** • O intergrupo do Parlamento Europeu de mudança climática, biodiversidade e desenvolvimento sustentável organiza um evento sobre o tema *"The European mineral raw materials sector: An essential, innovative industry throughout the value chain"*.
7	**Comitê Econômico e Social Europeu - Bruxelas, Bélgica** • O Comitê Econômico e Social Europeu organiza, em Bruxelas, uma audiência pública sobre o tema *"Towards more sustainable consumption: Industrial product lifetimes and restoring trust through consumer information"*.
7 - 8	**Presidência do Conselho da UE - Dublin, Irlanda** • A presidência irlandesa do Conselho da UE organiza, em Dublin, uma conferência sobre *Strategic Energy Technologies*.
16	**Grupo Verdes/ALE - Bruxelas, Bélgica** • O Grupo dos Verdes/ALE do Parlamento Europeu organiza, em Bruxelas, uma conferência sobre o tema *"European instrument for biodiversity"*.
21 – 22	**Delegação da União Europeia - Brasília, Brasil** • Seminário sobre Cultura e Desenvolvimento Sustentável.
20 – 23	**Parlamento Europeu - Estrasburgo, França** • Sessão plenária do Parlamento Europeu.
23 – 24	**Comissão Europeia - Praga, República Checa** • A Comissão Europeia organiza, em Praga, a 14ª edição do *"European Forum on Eco-Innovation"*, sobre os temas de energia e recursos naturais, ambiente, consumidores e saúde.
23 – 25	**"Energy Europe" - Copenhagen, Dinamarca** • Ocorrerá na Dinamarca uma das maiores feiras e conferências mundiais sobre energias renováveis.
27	**Conferência "University-Industry Interaction" - Amsterdã, Holanda** • Ocorrerá em Amsterdã a edição 2013 da conferência *"University-Industry Interaction"*, este ano dedicada ao tema *"Challenges and solutions for fostering entrepreneurial universities and collaborative innovation"*.

Para aprimorar o Informativo e atender a interesses abrangentes, estamos abertos a ideias e sugestões sobre assuntos ou fatos relevantes a serem abordados nas próximas edições.
A sua opinião é importante! Entre em contato através do e-mail: ceb@cni.org.br.

INFORMATIVO DE BRUXELAS | Publicação mensal Confederação Nacional da Indústria - CNI | Unidade de Negociações Internacionais - NEGINT | Gerente Executivo: Soraya Saavedra Rosar | Equipe Técnica: Alinne Oliveira, Daniel Alano, Fabrizio Sardelli Panzini e Iana Silvestre | Supervisão Gráfica: DIRCOM Normalização Bibliográfica: ASCORP/GEDIN | Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC: (61) 3317-9989 sac@cni.org.br | SBN Quadra 01 Bloco C Ed. Roberto Simonsen Brasília, DF - CEP: 70040-903 | www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.
Documento elaborado com dados disponíveis até maio de 2013.